

# Apresentação

## As racionalidades econômicas medievais

---

### Presentation

#### Medieval Economic Rationalities

MARCELO CÂNDIDO DA SILVA\*

PIERRE SAVY\*\*

Presente nas ciências humanas e sociais desde o século XIX, a questão da racionalidade é inevitável e cheia de armadilhas. Ela encontra a sua maior expressão no estudo da economia, supostamente o domínio ideal no qual florescem as ações racionais do *homo economicus*. Até alguns anos atrás, parecia bastante difícil identificar esse homem econômico e racional antes da era moderna. Novas perspectivas na análise da cultura textual e material, estudos pós-coloniais e avanços na econometria, embora não tenham feito triunfar a ideia de um *homo economicus* medieval, minaram consideravelmente as abordagens primitivistas associadas à Idade Média. Essa importante virada historiográfica ainda não foi, entretanto, objeto de um inventário, mesmo que parcial, e é isso que nos

---

\* <https://orcid.org/0000-0003-3078-1138>

Universidade de São Paulo (USP), Departamento de História  
Avenida Professor Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária, Butantã, 05508-000,  
São Paulo, SP, Brasil  
candido@usp.br

\*\* <https://orcid.org/0000-0003-2688-955X>

Université Gustave Eiffel, Analyse comparée des pouvoirs (EA 3350)  
5, Boulevard Descartes, 77454, Marne-la-Vallée, France  
savy\_pierre@yahoo.fr



propomos a fazer neste dossiê. Nesse sentido, os artigos que o compõem abordam, a partir de diferentes fontes e questões, a natureza da racionalidade econômica na Idade Média, o lugar que a historiografia atribuiu a esse fenômeno na atualidade, bem como as principais possibilidades de pesquisa sobre o tema.



Para apresentar um quadro mais claro do problema, é necessário definir nossas escolhas teóricas e metodológicas. É possível abordar a racionalidade prática dos atores em dois níveis distintos: 1) a partir de uma perspectiva externa aos atores em estudo (“Os fins perseguidos pelos homens na Idade Média eram os melhores para eles?”), a qual deixamos de lado neste dossiê; não há espaço, assim, para reflexões baseadas em uma noção contemporânea de racionalidade, que tenderia, por exemplo, a considerar as práticas devocionais suntuárias como “irracionais”; 2) a partir da perspectiva dos próprios atores, ou seja, fazendo a pergunta sobre a articulação entre seus meios e seus fins (“As ações dos atores eram as mais prováveis de atingir os fins que almejavam, quaisquer que fossem?”); essa é a noção weberiana de ação racional em relação aos fins, na qual os meios são escolhidos de acordo com sua capacidade de atingir um determinado objetivo. É esse segundo nível, o da “utilidade subjetiva”, que privilegiamos aqui, em uma abordagem historicista assumida, mas buscando ir além do nível individual de observação para o estender ao sistema econômico que estamos considerando. Uma das possíveis abordagens da racionalidade é, de fato, a da eficiência da economia medieval, ou seja, sua capacidade de criar técnicas eficientes de produção e gerenciamento de bens: o esforço para obter o máximo possível com o mínimo de meios.

Durante muito tempo, historiadores e economistas acreditaram que o homem medieval não tinha essa racionalidade. Foi a antropologia econômica da primeira metade do século XX que deu origem à ideia de que o *homo economicus*, cujas ações eram inspiradas por uma concepção racional de interesse próprio, não existia antes da era moderna.

Essa abordagem “primitivista” das sociedades pré-modernas é a raiz da imagem negativa da economia medieval. Embora reconheçam que, na Idade Média, as pessoas podiam agir em busca de seus próprios fins, esses autores acreditam que o imperativo da salvação limitava qualquer possibilidade de ação racional (que eles associam à satisfação material). Daí a ideia de que o objetivo final da economia medieval não era a produção de riqueza, mesmo que isso fosse possível. Mais importante ainda, a relação com os bens seria estabelecida de tal forma que não haveria preocupação real com o valor do dinheiro. Por exemplo, os polípticos carolíngios têm sido vistos, às vezes, como textos exclusivamente memoriais, escritos teóricos desvinculados das necessidades práticas da administração. Destinados a fixar para sempre o status dos homens e da terra nas várias *villae* de uma propriedade, esses textos teriam, portanto, um caráter perene, ignorando a evolução da situação econômica – Robert Fossier (1978) – e dariam, do mundo rural, uma visão mais ideal do que realista. Georges Duby (1973, p. 99-100), referindo-se ao políptico de Saint-Germain-des-Prés, fala de uma “perigosa (...) indiferença às realidades econômicas”.<sup>1</sup> Como não podia escapar do imperativo da salvação, a economia medieval teria sido aprisionada por princípios não econômicos.

A abordagem primitivista ainda está muito presente na historiografia medieval: ela se manifesta, por exemplo, na crença de que o homem medieval era incapaz, pelo menos até o século XIII, de desenvolver uma contabilidade racional. Essa perspectiva levou, por exemplo, Jacques Le Goff a declarar não apenas que o capitalismo não nasceu na Idade Média, mas que ela não teria sido nem mesmo uma era pré-capitalista. No entanto, o próprio Le Goff (1964, p. 18-19) escreveu, em *La civilisation de l'Occident médiéval*, o livro fundador da antropologia histórica: “Como os primitivos, os homens da Idade Média muitas vezes nos parecem irracionais, mas, como Claude Lévi-Strauss demonstrou, o pensamento selvagem tem suas razões: outras, mas muitas vezes mais

---

1 Trad. livre dos autores: “dangereuse (...) indifférence aux réalités économiques”.

rígidas e mais restritivas do que nossa razão flexível”.<sup>2</sup> Uma “razão” que aparentemente não se estendia, contudo, ao campo da ação econômica. Le Goff acredita que os homens medievais eram movidos por motivações sociais e tradicionais complexas no campo do trabalho, mas que os objetivos que perseguiam não visavam a satisfazer necessidades imediatas ou buscar fins utilitários.

Em *Le Moyen Âge et l'argent*, Le Goff (2010) argumenta que o dinheiro é um produto da modernidade; que ele não é um valor central do período medieval, nem do ponto de vista econômico, nem do psicológico ou do ético. Segundo ele, a história da Idade Média foi uma fase de regressão do ponto de vista do dinheiro, devido à fragmentação de seu uso e, sobretudo, à atitude que o cristianismo, a religião dominante, ensinava que deveria ser adotada em relação a ele e ao uso que deveria ser feito dele. A única noção de economia que se aplicaria ao período medieval seria a de “economia doméstica”, herdada de Aristóteles. A ausência de uma noção medieval de dinheiro se relacionaria à ausência de um campo específico da economia, bem como à ausência de teses ou teorias econômicas. Seria anacrônico, portanto, atribuir o pensamento econômico aos teólogos escolásticos ou às ordens mendicantes, especialmente aos franciscanos. O uso do dinheiro na Idade Média era, assim, parte de uma economia do dom: o dinheiro era parte da subordinação geral dos homens à graça de Deus. Pode-se medir a influência das teses de Jacques Le Goff nos estudos medievais, mas também o progresso feito nessa questão, em particular graças aos numerosos trabalhos de Giacomo Todeschini – mencionemos ao menos seu *Richesse franciscaine* (2008) –, que mostrou em particular o papel dos franciscanos na formação de uma concepção de riqueza e de um léxico da economia e da troca.

Esse “primitivismo econômico” ainda encontra representantes ilustres na historiografia contemporânea, que às vezes reluta em conceder aos homens da Idade Média, por exemplo, a provisão de um espaço

---

2 Trad. livre dos autores: “Comme les primitifs, les hommes du Moyen Âge nous paraissent souvent irrationnels, mais, comme Claude Lévi-Strauss l’a montré, la pensée sauvage a ses raisons: autres, mais souvent plus strictes et plus contraignantes que notre souple raison”.

econômico próprio, mesmo que intersticial, no pensamento econômico, ou a capacidade de medir o valor das coisas. Em suma, sem necessariamente se opor frontalmente à ideia da racionalidade dos atores medievais, parte da historiografia ainda hesita em reconhecer as ferramentas de racionalidade de que dispunham esses atores – ferramentas que eles usaram, mas também modificaram ou até mesmo forjaram. Desde a publicação de *Mahomet et Charlemagne*, de Henri Pirenne (1937), passando por *Guerriers et paysans*, de Georges Duby (1973), até as obras de Guy Fourquin (1969), Adriaan Verhulst (2002) e outros, o debate sobre a economia medieval tem-se concentrado principalmente na questão da abundância ou escassez. Para alguns, a falta de meios técnicos explica a escassez crônica e os inúmeros episódios de crise alimentar da época. Outros argumentam que a produção agrícola era relativamente abundante e que a fome era o resultado de “crises de crescimento”. Esse debate, que durou várias décadas, finalmente pendeu para o lado daqueles que, como Pierre Toubert (2004), Michael McCormick (2002) e Jean-Pierre Devroey (2019), identificaram a dinâmica de crescimento na economia medieval. Os trabalhos de Giacomo Todeschini (2008), Jean-Pierre Devroey (2006), Coquery, Menant e Weber (2006) e Laurent Feller (2009) contribuíram para mostrar que as doutrinas cristãs não eram incompatíveis com dinheiro e riqueza e para identificar racionalidades na gestão de bens e trocas que haviam sido ignoradas pelas abordagens primitivistas. Ao mesmo tempo, o trabalho desses autores abriu perspectivas de pesquisa que ainda não foram totalmente exploradas em relação ao período medieval: é o caso da relação com o dinheiro, da gestão de bens e da contabilidade, ou das respostas à fome e à gestão da escassez.

Com relação ao primeiro aspecto, o artigo de Leandro Rust discute o papel atribuído ao dinheiro pelos relatos dos conflitos em torno da sucessão de Bento IX ocorridos entre 1044 e 1046. O autor pretende mostrar que a racionalidade econômica dos agentes que disputaram o Papado a partir de meados do século XI pode ser identificada na pluralidade de relações formais e informais com o dinheiro.

Com relação ao segundo aspecto, Cécile Troadec estuda o patrimônio imobiliário do capítulo da Basílica de São Pedro em Roma

nos séculos XIV e XV, com base nos registros censuais mantidos na Biblioteca Apostólica do Vaticano. Por meio dessa série documental, a autora mostra como um dos mais poderosos proprietários eclesiásticos de Roma administra seu patrimônio imobiliário como um agente privado no mercado imobiliário romano o faria, com o objetivo de otimizar a rentabilidade de seus ativos, conforme evidenciado pela inflação dos aluguéis e pelos investimentos especulativos feitos.

No que se refere mais especificamente à contabilidade, Julie Claustre apresenta uma densa revisão historiográfica, mostrando que a crença dos medievalistas em uma racionalidade capitalista medieval expressa nos registros contábeis marcou boa parte do século XX, até que o retorno a uma série de registros contábeis institucionais, mercantis e artesanais e a prática meticulosa de edição e crítica desses documentos, ocorrida a partir da década de 1990, permitiu aos medievalistas questionar essa grande narrativa da transformação medieval da economia europeia. Seu artigo propõe ver na *ratio* contábil medieval um conjunto de práticas de escrita (e cifragem) ligadas ao processo de desenvolvimento da administração e da competição social induzido pela crescente adoção do *medium* escrito, a partir do século XII.

Por fim, a racionalidade na gestão da escassez: em seu artigo, Alexis Wilkin analisa a racionalidade econômica sob a perspectiva das respostas das autoridades políticas à fome. Ele analisa a evolução das atitudes e práticas interpretativas compartilhadas pelas elites políticas desde o período carolíngio até o surgimento das comunidades urbanas no século XII, com foco nos Países Baixos do Sul.

Essas são as questões que nos propomos a abordar neste dossiê: um inventário parcial, admitimos, mas que nos parece importante para registrar uma notável virada historiográfica na história da economia medieval em sentido amplo. Por meio da problemática das racionalidades econômicas, o objetivo é destacar novas abordagens para o estudo das sociedades medievais.

## REFERÊNCIAS

- COQUERY, Natacha; MENANT, François; WEBER, Florence (Dir.). *Écrire, compter, mesurer: Vers une histoire des rationalités pratiques*. Paris: Éd. Rue d'Ulm; Presses de l'ENS, 2006.
- DEVROEY, Jean-Pierre. *Puissants et misérables: Système social et monde paysan dans l'Europe des Francs (VI<sup>e</sup>-IX<sup>e</sup> siècles)*. Bruxelas: Académie Royale de Belgique, 2006.
- DEVROEY, Jean-Pierre. *La nature et le roi: Environnement, pouvoir et société à l'âge de Charlemagne (740-820)*. Paris: Albin Michel, 2019.
- DUBY, Georges. *Guerriers et paysans: VII<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècle. Premier essor de l'économie européenne*. Paris: Gallimard, 1973.
- FELLER, Laurent. *Calculs et rationalités dans la seigneurie médiévale*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2009.
- FOSSIER, Robert. *Polyptyques et censiers*. Turnhout: Brepols, 1978.
- FOURQUIN, Guy. *Histoire économique de l'Occident médiéval*. Paris: Armand Colin, 1969.
- LE GOFF, Jacques. *La civilisation de l'Occident médiéval*. Paris: Arthaud, 1964.
- LE GOFF, Jacques. *Le Moyen Âge et l'argent: Essai d'anthropologie historique*. Paris: Le Grand Livre du Mois, 2010.
- MCCORMICK, Michael. *Origins of the European Economy: Communications and Commerce AD 300-900*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- PIRENNE, Henri. *Mahomet et Charlemagne*. Paris: Alcan; Bruxelas: Nouvelle Société, 1937.
- TODESCHINI, Giacomo. *Richesse franciscaine: De la pauvreté volontaire à la société de marché*. Lagrasse: Verdier, 2008.
- TOUBERT, Pierre. *L'Europe dans sa première croissance*. Paris: Fayard, 2004.
- VERHULST, Adriaan. *The Carolingian Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

Recebido: 26 abr. 2023 | Aceito: 26 abr. 2023